

CHRISTIANO CASSETTARI

MULTA CONTRATUAL

TEORIA E PRÁTICA DA CLÁUSULA PENAL

5ª edição

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1777-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

saraiva *jur*
Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato**Presidente** Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Eveline Gonçalves Denardi

Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Guilherme H. M. Salvador

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Mônica Landi

Tatiana dos Santos Romão

Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Know-How Editorial**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva**Capa** Tiago Dela Rosa**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

Cassettari, Christiano

Multa contratual : teoria e prática da cláusula penal / Christiano Cassettari. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Penalidades contratuais - Brasil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

17-0226

CDU 347.44 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Contratos : Direito : Brasil

347.44 (81)

Data de fechamento da edição: 2-6-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603270 CAE 621073

110 25 56

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Prefácio – Francisco José Cahali	15
Apresentações	
Arruda Alvim	17
Paulo Hamilton Siqueira Jr.	19
Introdução	21
1. A importância do direito obrigacional e a influência dos direitos fundamentais: uma simbiose entre o direito civil e o direito constitucional	27
2. A evolução histórica da cláusula penal	39
2.1 Do direito romano ao direito civil contemporâneo	39
2.2 A cláusula penal no Brasil	44
3. O conceito e a natureza jurídica da cláusula penal	47
3.1 O conceito de cláusula penal	47
3.2 A natureza jurídica da cláusula penal	52
4. As espécies e os limites da cláusula penal	63
4.1 As espécies de cláusula penal	63
4.2 Os limites de fixação da cláusula penal	75
5. A redução equitativa como consequência da função social da cláusula penal	85
6. A cláusula penal e a responsabilidade civil contratual	111

7.	A cláusula penal e a possibilidade de pleitear indenização suplementar.	127
7.1	A impossibilidade de renunciar à cláusula penal existente se o seu montante for insuficiente para remunerar as perdas e danos, para apurá-la em ação indenizatória	127
7.2	A inconstitucionalidade do dispositivo que permite a indenização suplementar se o valor da cláusula penal for insuficiente para remunerar as perdas e danos. . . .	131
8.	A cláusula penal e as figuras afins.	135
8.1	A cláusula penal e as arras.	135
8.2	A cláusula penal e o enriquecimento sem causa	143
8.3	A cláusula penal em favor de terceiro, assumida por terceiro e fixada por terceiro	146
8.4	A cláusula penal e os honorários advocatícios	150
8.5	A cláusula penal: uma comparação com as <i>astreintes</i> e a multa descrita no art. 523, § 1º, do CPC	153
9.	Demais aspectos relevantes da cláusula penal.	157
9.1	A criação da cláusula penal segundo o Código Civil.	157
9.2	A cláusula penal e a pluralidade de devedores.	162
9.3	Requisitos de exigibilidade da cláusula penal	166
9.4	Possibilidade de renúncia da cláusula penal	169
9.5	A cláusula penal e os contratos de adesão	170
9.6	A cláusula penal e o comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)	174
10.	Uma análise da cláusula penal no condomínio edilício e na Lei de Locação de Imóvel Urbano (Lei n. 8.245/91).	181
10.1	A modificação do percentual máximo da cláusula penal no condomínio edilício pelo Código Civil de 2002	181
10.2	A ilegalidade da cumulação da “cláusula de bonificação” ou “abono de pontualidade” com a cláusula penal. . . .	186

10.3	A cláusula penal e a Lei de Locação de Imóvel Urbano: redução quando o locatário devolver o imóvel na vigência do prazo determinado	188
11.	A cláusula penal fora do Código Civil: uma análise de sua normatização em leis especiais	197
11.1	A cláusula penal e as relações de consumo	197
11.1.1	A cláusula de decaimento	197
11.1.2	A cláusula penal moratória no Código de Defesa do Consumidor	201
11.2	A cláusula penal e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei de Loteamento).	203
11.3	A cláusula penal e o direito do trabalho	207
11.3.1	A cláusula penal desportiva no contrato de trabalho.	208
11.3.2	Outras aplicações para a cláusula penal no direito do trabalho.	213
	Referências	217
	Outras obras do autor	227